



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2021 – Sesi/DR-TO
CONCORRÊNCIA Nº 003/2021- Sesi/DR-TO**

Regido pelo REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DO Sesi, bem como pelas normas e condições estabelecidas neste Edital.

Objeto:

Contratação de empresa especializada em engenharia para implantação de sistemas de geração de energia fotovoltaica com capacidade de potência total de 88,8 Kwp na unidade Sesi Esporte.

**SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E
DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

Data: 15/12/2021

Horário: 9h (horário Local)

Local:

Sede do Sesi-DR/TO, situado na Quadra ACSE 1, Rua de Pedestre SE 03, Lote 34-A, Edifício Armando Monteiro Neto, Plano Diretor Sul, Palmas-TO, CEP 77.020-016.

**Endereço
para retirada
do Edital:**

O edital completo deverá ser retirado no site: www.sesi-to.com.br. Mais informações através do fone: (63) 3229 5742 de segunda a sexta-feira no horário das 08h às 12h e das 14h às 18h ou solicitado por meio do e-mail: cpl@sistemafieto.com.br.

Observação:

Em combate a pandemia do Coronavírus, será obrigatório o uso de máscara para a participação da sessão pública de licitação. Cada participante deverá trazer sua própria máscara. Caso o representante apresente coriza, febre, gripe, tosse, dificuldade para respirar, dor muscular, fadiga ou outros sintomas da COVID 19, **não poderá participar da sessão pública**. O Sesi-TO solicita aos fornecedores que encaminhem apenas um representante para a reunião, de forma a evitar aglomerações. SERÁ ACEITO ENVELOPE VIA POSTAL.

**Presidente da
CPL:**

KELLYANE RESPLANDES DOS SANTOS
Presidente da CPL

CONCORRÊNCIA Nº 003/2021 SESI-DR/TO

Modalidade:	Concorrência
Tipo de licitação:	Menor Preço Global
Data da realização:	15/12/2021
Horário previsto para o início da sessão:	09h (horário local)

Local: Sede do SESI-Tocantins, situado na Quadra ACSE 1, Rua de Pedestre SE 03, Lote 34-A, Edifício Armando Monteiro Neto, Plano Diretor Sul, Palmas-TO, CEP 77.020-016.

1. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

1.1. O SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI-DR/TO, por meio da Comissão Permanente de Licitação do Sistema FIETO, torna público que fará realizar licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, regida pelo Regulamento de Licitações e Contratos do SESI. A Comissão Permanente de Licitação receberá e procederá a abertura dos envelopes de DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTAS na Quadra ACSE 1, Rua de Pedestre SE 03, Lote 34-A, Edifício Armando Monteiro Neto, Plano Diretor Sul, Palmas-TO, CEP 77.020-016, **às 09 horas do dia 15 de dezembro de 2021**.

1.2. Solicitações de esclarecimentos quanto aos termos deste Edital deverão ser encaminhados até às 18 horas do dia **07 de dezembro de 2021**, através de correspondência em papel timbrado da empresa pretensamente licitante, dirigida à Comissão Permanente de Licitação (CPL), na sede do SESI-DR/TO ou pelo e-mail: cpl@sistemafieto.com.br

2. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada em engenharia para implantação de sistema de geração de energia fotovoltaico com capacidade de potência total de 88,8 Kwp na unidade SESI Esporte, conforme Anexo I – Projeto Básico e demais anexos deste edital.

2.2. Este edital está composto dos seguintes anexos:

- 2.2.1.** Projeto Básico - ANEXO I;
- 2.2.2.** Planilha Orçamentária – ANEXO II;
- 2.2.3.** Cronograma Físico Financeiro – ANEXO III;
- 2.2.4.** Composição do BDI – ANEXO IV;
- 2.2.5.** Projeto Diagrama Unifilar e Funcional – ANEXO V;
- 2.2.6.** Estudo de Viabilidade Financeira – ANEXO VI;
- 2.2.7.** Memorial Descritivo – ANEXO VII;
- 2.2.8.** Declaração de Relação de Parentesco – ANEXO VIII;
- 2.2.9.** Declaração de Inexistência de Menores ANEXO IX;

- 2.2.10. Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo de Habilitação – ANEXO X;
- 2.2.11. Planta de Situação – ANEXO XI;
- 2.2.12. Minuta de Contrato – ANEXO XII;
- 2.2.13. Questionário de Due Diligence – ANEXO XIII;
- 2.2.14. Termo de Compromisso de Terceiros – ANEXO XIV.

2.3. O preço estimado para totalidade dos serviços a serem executados é de R\$ 406.805,98 (quatrocentos e seis mil, oitocentos e cinco reais e noventa e oito centavos).

2.4. Será permitida a subcontratação das partes menores dos serviços inerentes à execução do objeto desta Concorrência, sob inteira responsabilidade da licitante, levando-se em conta práticas usuais adotadas no mercado, respeitado o interesse público subjacente a contratação e condicionada, obrigatoriamente, à aprovação expressa do Sesi-DR/TO e a demonstração da idoneidade do subcontratado por meio da apresentação dos documentos de habilitação requisitados na licitação, especialmente quanto a regularidade jurídica, idoneidade fiscal, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e o cumprimento do disposto no inciso XXX III do art. 7º da Constituição Federal.

2.4.1. Na hipótese de subcontratação de que trata o subitem 2.4, não poderá ser subcontratado licitante que tenha participado do procedimento licitatório, Art. 28 do RLC do Sesi.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas do **ramo pertinente ao objeto desta licitação**, exceto consórcio.

3.2. Não poderá participar direta ou indiretamente da presente licitação a empresa que:

3.2.1. Vencedora em licitação anterior esteja em atraso na entrega, total ou parcial, do objeto que lhe foi adjudicado, bem como aquela que, adjudicada nos últimos dois anos, não tenha cumprido o contrato, independente de qualquer modalidade de aquisição/serviço ou de qualquer outra penalidade que lhe tenha sido aplicada pelo Sesi;

3.2.2. Que tenham participação seja a que título for, de dirigentes ou empregados do Sesi;

3.2.3. Apresente-se na forma de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

3.2.4. Que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com o Sesi, enquanto perdurarem os motivos da punição;

3.2.5. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

3.2.6. Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta Concorrência;

3.2.7. Qualquer profissional que porventura tenha prestado serviços de consultoria na fase de desenvolvimento de projetos básicos ou executivos do objeto dessa licitação não poderá participar da presente licitação;

3.2.8. Pessoa jurídica declarada inidônea pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.443/1992;

3.2.9. Empresas que estejam incluídas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas pelos órgãos TCU, CNJ, Portal da Transparência CEIS e CNEP, obtida através do site <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.

3.2.10. As empresas enquadradas no critério bandeira vermelha – conforme Tabela 1 - da Política de Due Diligence de Integridade do Sistema FIETO, estarão **IMPEDIDAS** de participar do presente processo licitatório, consoante segue:

Bandeira Vermelha	<ul style="list-style-type: none">• Empresas e/ou sócios com condenações com trânsito em julgado, nos últimos 05 anos, relacionadas a processos de corrupção, fraude à licitação, improbidade administrativa ou lavagem de dinheiro;• Empresas e/ou sócios com restrições nos cadastros CEIS, CEPIM, CNEP.
--------------------------	---

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. Somente terão direito de rubricar a documentação e as propostas, apresentar reclamações, impugnações ou recursos e assinar atas, os sócios, diretores e representantes devidamente credenciados pelas licitantes, com poderes para tal.

4.1.1. Quando apresentada **procuração particular**, está deverá ser apresentada em **original ou cópia autenticada**, atribuindo-lhe poderes para praticar todos os atos relativos ao certame, com **reconhecimento de firma em cartório**. Deverá ser anexada **cópia do estatuto ou contrato social em cópia autenticada, fora dos envelopes**.

4.1.1.1. Quando a procuração particular for assinada com assinatura eletrônica e/ou digital, será dispensado o reconhecimento de firma em cartório.

4.1.2. Quando apresentada **procuração pública**, esta deverá ser apresentada em **original ou cópia autenticada**, atribuindo-lhe **poderes para praticar todos os atos relativos ao certame, fora dos envelopes**.

4.1.3. Em se tratando de sócio, proprietário ou dirigente da empresa proponente, deverá ser apresentado **cópia autenticada do respectivo Estatuto ou Contrato Social**, no qual estejam expressos os seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações.

4.1.4. Na mesma ocasião deverá ser apresentada cópia da carteira de identidade do sócio/procurador.

4.2. Nenhum interessado poderá participar da presente licitação representando mais de uma licitante.

4.3. Fica assegurado às licitantes, mediante juntada dos documentos previstos neste item, a indicação ou substituição do seu representante junto ao processo.

4.4. Os documentos de credenciamento ficarão anexados ao processo de licitação, sendo vedada sua retirada ou substituição.

5. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA COMERCIAL

5.1. As empresas proponentes deverão apresentar os Documentos de Habilitação e Proposta Comercial, em envelopes distintos e lacrados, com nome da proponente e que deverão conter externamente a indicação do seu conteúdo, do seguinte modo:

ENVELOPE I - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Ao **SESI-DR/TO**

A/C: Comissão Permanente de Licitação – CPL

Local: ACSE 1, Rua de Pedestre, SE 03, nº 34-A, Plano Diretor Sul, Palmas-TO. CEP: 77.020-016.

Processo Licitatório nº 013/2021 SESI-DR/TO

Concorrência nº 003/2021 SESI-DR/TO

Abertura: 15/12/2021

Horário: 09h

Razão Social da Licitante:.....

CNPJ da Licitante:.....

ENVELOPE II – PROPOSTA DE PREÇO

Ao **SESI-DR/TO**

A/C: Comissão Permanente de Licitação – CPL

Local: ACSE 1, Rua de Pedestre, SE 03, nº 34-A, Plano Diretor Sul, Palmas-TO. CEP: 77.020-016.

Processo Licitatório nº 013/2021 SESI-DR/TO

Concorrência nº 003/2021 SESI-DR/TO

Abertura: 15/12/2021

Horário: 09h

Razão Social da Licitante:.....

CNPJ da Licitante:.....

5.2. A entrega dos Documentos de Habilitação e das Propostas Comerciais, deverão ocorrer na sede do SESI-DR/TO, na Quadra ACSE 1, Rua de Pedestre, SE 03, nº 34-A, Plano Diretor Sul, Palmas-TO. CEP: 77.020-016, às 09:00 horas, do dia **15 de dezembro de 2021**, a abertura da Documentação de Habilitação se fará na mesma data, local e hora supracitados,

e das Propostas Comerciais se fará após a realização da fase de habilitação, na mesma data, ou em outra previamente marcada pela Comissão.

6. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

6.1. As licitantes deverão juntar ao envelope I, os documentos solicitados a seguir, observando-se os seguintes aspectos:

- I. Estar vigentes, sendo que aqueles nos quais a validade não estiver expressa pelos órgãos emitentes deverão ser apresentados com data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias da data de sua emissão;
- II. Ser entregues, em original ou cópia autenticada por cartório competente ou ainda;
- III. Os documentos quando obtidos pela internet, serão considerados válidos, cabendo, entretanto, ao Colegiado Julgador, proceder à devida consulta nos respectivos endereços eletrônicos a fim de ratificar os documentos apresentados;
- IV. Os documentos de habilitação ficarão anexados ao processo de licitação, **sendo vedada sua retirada ou substituição**;
- V. A Comissão não exigirá, na fase de habilitação, nova cópia de documentos que tenham sido necessários e devidamente apresentados no momento do credenciamento.

6.2. As empresas proponentes deverão obrigatoriamente apresentar os seguintes documentos e declarações:

6.2.1 DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA

6.2.1.1. Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, com todas as suas respectivas alterações ou Consolidação, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, bem como de todas as suas alterações ou da consolidação respectiva.

6.2.2 DOCUMENTOS RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL

6.2.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Geral de Pessoas Jurídicas, por meio da apresentação do Cartão do CGC/CNPJ;

6.2.2.2 Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, na forma da lei;

6.2.2.3 Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

6.2.2.4. Certidão Negativa de Débito relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive de Contribuições Previdenciárias - INSS, sendo válido simples cópia reprográfica



de consulta na Internet, obtida no endereço www.receita.fazenda.gov.br que comprove a inexistência de débito;

6.2.2.5. Prova de Regularidade com o FGTS, através do Certificado de Regularidade do FGTS expedido pela Caixa Econômica Federal, sendo válido simples cópia reprográfica de consulta na Internet no endereço www.caixa.gov.br, que prove a inexistência de débito, seja Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa, desde que sob o abrigo do art. 206 do Código Tributário Nacional.

6.2.2.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Positiva com Efeitos de Negativa.

6.2.3 DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

6.2.3.1. Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica.

6.2.4. DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.2.4.1. Registro/Certidão de inscrição da empresa e dos responsáveis técnicos no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, Conselho Regional de Arquitetura – CAU ou Conselho Federal dos Técnicos Industriais – DFT, válida e em dia.

6.2.4.2. No mínimo UM atestado técnico-operacional, em nome da empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que executou, satisfatoriamente, a execução de serviços semelhantes ora licitado e no mínimo 44,4 kWp de potência de inversor fotovoltaico.

6.2.4.3. No mínimo UM atestado técnico-profissional, devidamente registrado no órgão competente acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico CAT, comprovando a execução pelo responsável técnico da empresa dos serviços de características semelhantes e de complexidade técnica equivalente ou superior as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo ao objeto licitado.

6.2.4.4. Comprovação que o profissional técnico indicado no atestado técnico profissional tem vínculo com a empresa por: (sociedade, carteira de trabalho ou contrato de prestação de serviço).

6.2.4.4.1. Fica proibida a indicação, por duas ou mais licitantes, do mesmo Responsável Técnico, hipótese na qual todas serão inabilitadas.

6.2.4.4.2. Os profissionais indicados pela LICITANTE para fins de comprovação de capacitações técnicos-profissionais deverão participar efetivamente da supervisão dos serviços objeto da Licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela CONTRATANTE.

6.2.4.5. Apresentar Questionário de Due Diligence de Fornecedores do Sistema FIETO, respondido, disponível através do link <https://forms.office.com/r/RdfKMstmtM>, sob pena de inabilitação.

6.2.4.6. Apresentar Termo de Compromisso de Terceiros, consoante modelo previsto no Anexo XIV, sob pena de inabilitação.

6.2.5 OUTRAS DECLARAÇÕES

6.2.5.1. Declaração de Relação de Parentesco, nos termos do Anexo VIII deste Edital de Licitação;

6.2.5.2. Declaração de Inexistência de Menores, nos termos do Anexo IX deste Edital de Licitação;

6.2.5.3. Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo de Habilitação, nos termos do Anexo X deste edital de licitação.

6.2.6. DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME/EPP

6.2.6.1. Declaração do licitante enquadrado com microempresa ou empresa de pequeno porte, emitida em papel timbrado, com data atual, **caso tenha intenção de se beneficiar do tratamento diferenciado e favorecido**, na forma do disposto na Lei Complementar nº 123/06 ou Certidão da Junta Comercial do ano em vigência.

6.2.6.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, as microempresas e empresas de pequeno porte terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis conforme Lei Complementar nº 147/2014, após declarada vencedora, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.2.6.1.2. O benefício do subitem **6.2.6.1.1** não eximirá a microempresa e a empresa de pequeno porte, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

6.2.6.1.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

7. DA PROPOSTA COMERCIAL

7.1. A proposta deve ser apresentada em papel timbrado da licitante, com data e assinatura do representante legal, com menção a Concorrência nº 003/2021, Processo Licitatório nº 013/2021 Sesi-DR/TO, contendo razão social da licitante e número de CNPJ, endereço, número de telefone e e-mail, em uma via, sem emendas, ressalvas, rasuras ou entrelinhas que possam prejudicar o julgamento das mesmas por parte do Colegiado Julgador, devendo conter:

7.1.1 Proposta de preço para a realização dos serviços descritos no Anexo I – Projeto Básico, indicando o valor expresso em Real e em algarismo e por extenso constando apenas 02 casas decimais após a vírgula, impressa em papel A4 com a assinatura do responsável legal pela empresa.

7.1.2 Orçamento detalhado, em planilhas contendo os quantitativos, custos unitários, custo total dos serviços, devidamente assinado por profissional legalmente habilitado **(mencionando o número do CREA/CAU/CRT)**.

7.1.3 Cronograma físico financeiro dos serviços, devidamente assinado por profissional legalmente habilitado **(mencionar o número do CREA/CAU/CRT)**.

7.1.4 Composição dos Benefícios e Despesas Indiretas – BDI, e dos respectivos percentuais praticados, onde serão demonstradas as taxas, os impostos, o lucro e demais despesas indiretas necessárias para a realização do objeto ora licitado, devidamente assinado por profissional legalmente habilitado **(mencionar o número do CREA/CAU/CRT)**.

7.1.5 Informar dados bancários.

7.1.6. Declaração de que no preço proposto está incluso todas as despesas diretas e indiretas, tais como custos com materiais, mão-de-obra, encargos sociais, impostos, taxas, mobilização/desmobilização, administração, Benefícios e Despesas Indiretas – BDI, Equipamentos de Proteção Individual – EPI e Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC e demais custos e encargos necessários à completa e perfeita execução dos serviços.

7.1.7. Para fins desta Concorrência o prazo de validade da proposta é de no mínimo **60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação**. Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e persista o interesse do Sesi, este poderá solicitar prorrogação da validade acima, por igual prazo, no máximo.

7.1.7.1. Caso a proposta não indique o prazo de sua validade, será considerado como aceito o do disposto no subitem 7.1.7, deste edital.

7.2. A licitante antes de apresentar sua proposta, deverá consultar detidamente às especificações do objeto constante nos **anexos deste edital de licitação** de modo a não incorrer em avaliações incompletas, erros e omissões que jamais poderão ser alegadas por motivar eventuais pretensões de acréscimo de valores ou desistência.

7.3. Não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços ou alterações nas condições estabelecidas, uma vez abertas as propostas. Os erros, equívocos ou omissões ocorridas nas cotações de preços serão de inteira responsabilidade do proponente, não cabendo, no caso de consequente desclassificação decorrente de erro para mais, qualquer reclamação, nem tampouco, em caso de erro para menos, eximir-se da prestação do serviço do objeto da presente licitação.

7.4. A falta de data, declaração ref. o subitem 7.1.6, assinatura e/ou rubrica na proposta de preço poderá ser suprida pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes, desde que ele tenha sido devidamente credenciado.

8. DO LOCAL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. Os serviços serão realizados no endereço abaixo:

SESI ESPORTES	
Endereço:	AVENIDA TEOTÔNIO SEGURADO, QUADRA 902 SUL 0 AL 02 LT 01A QD 09 ACSE 90 - ST SUL, PALMAS-TO

9. DOS PROCEDIMENTOS

9.1. Após analisar a conformidade das propostas com o estabelecido neste Ato Convocatório, será declarada como mais vantajosa para a Administração à oferta de menor preço global.

9.2. Caso a proposta melhor classificada não tenha sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta de microempresas e empresas de pequeno porte igual ou até 10% (dez por cento) superior à melhor oferta, proceder-se-á da seguinte forma:

9.2.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte poderá, através de representante legal credenciado no processo, no prazo de 10 (dez) minutos, contados da solicitação da Presidente da **Comissão de Licitação**, na sessão de julgamento das propostas, apresentar uma última oferta, **obrigatoriamente abaixo da primeira colocada**, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto desta **Concorrência**.

9.2.2. Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, na forma do item anterior, a Presidente da **Comissão de Licitação**, convocará os **licitantes** remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

9.2.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, será realizado sorteio que definirá a ordem de convocação para o encaminhamento da oferta final do desempate.

9.3. Na hipótese de não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto será adjudicado ao **licitante** com proposta originalmente melhor classificada.

9.4. À **Comissão de Licitação**, além do recebimento e exame das propostas, caberá o julgamento da obediência às condições aqui estabelecidas, bem, ainda, em seus anexos, e a decisão quanto às dúvidas ou omissões deste **Ato Convocatório**.

9.5. A falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal credenciado presente à reunião de abertura dos envelopes, com poderes para esse fim.

9.6. É facultado à Comissão de Licitação, inverter o procedimento, abrindo primeiramente as propostas, classificando as proponentes, e só então abrindo o envelope de habilitação da

licitante classificada em primeiro lugar. Se a licitante classificada em primeiro lugar for inabilitada e depois de julgados os eventuais recursos interpostos, proceder-se-á a abertura dos envelopes das licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para que a seguinte classificada que preencha as condições de habilitação seja declarada licitante vencedora, nas condições de sua proposta e termos do edital.

10. DO JULGAMENTO

10.1. À Comissão Permanente de Licitação, além do recebimento e exame dos Documentos de Habilitação e Propostas Comerciais, caberá o julgamento da obediência às condições aqui estabelecidas, bem como em seus anexos, e a decisão quanto a possíveis dúvidas ou omissões acerca do presente instrumento.

10.2 A Comissão de Licitação analisará, de imediato ou oportunamente a documentação para verificar a habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e economia-financeira da licitante.

10.3. Não havendo possibilidade de apreciação imediata da documentação de habilitação, a Comissão de Licitação analisará privativamente e divulgará o resultado aos participantes através de e-mail e divulgação no site www.sesi-to.com.br.

10.4. Ocorrendo à hipótese prevista no item anterior, os envelopes contendo as propostas de preços, devidamente fechados e indevassados, serão rubricados pelos licitantes presentes e pelos membros da Comissão de Licitação, ficando sob sua guarda para abertura em outra sessão a ser indicada.

10.5. É facultado à Comissão de Licitação solicitar parecer de técnico para orientar sua decisão.

10.6. As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas, não se admitindo complementação posterior.

10.7. No caso das empresas enquadradas como ME/EPP, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, as microempresas e empresas de pequeno porte terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis conforme Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, após declarada vencedora, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.8. O benefício do subitem **10.7.** não eximirá a microempresa e a empresa de pequeno porte, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

10.9. A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

10.10. Depois de verificada a documentação de habilitação e divulgado o resultado da mesma, caso não haja solicitação de prazos para interposição de recursos, serão abertos os envelopes contendo as propostas de preços.

10.11. Após a abertura das propostas de preços, as mesmas serão vistas pelos membros da Comissão de Licitação e representantes credenciados das empresas presentes.

10.12. O julgamento das propostas far-se-á pelo tipo "menor preço global".

10.13. Serão também registrados os fornecedores, na ordem de sua classificação, para fins de convocação remanescente.

10.14. No caso de empate, a decisão observará a ordem estabelecida por sorteio realizado pela Comissão Permanente de Licitação.

10.15. A adjudicação será formalizada em razão do menor preço global.

10.16. Não serão aceitos, pela Comissão de Licitação, quaisquer documentos que sejam encaminhados após a abertura, salvo diligências efetuadas pela própria Comissão, com vistas a complementar os autos licitatórios.

11. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

11.1. Para fins de julgamento a Comissão Permanente de Licitação desclassificará as propostas que apresentarem preços excessivos ou inexequíveis, aplicando o seguinte critério de aceitabilidade de preços:

11.1.1 Inexequíveis, sejam inferiores ao custo de produção, acrescidos dos encargos legais, quando o licitante será convocado para demonstrar a exequibilidade do preço ofertado, e, se não comprovado, será desclassificado;

11.1.2 Preços manifestamente excessivos, quando o valor global ou à planilha de preços unitários, apresentem valores que ultrapassam de forma significativa o valor do preço médio de mercado, obtido consoante consta nos autos.

12 DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. Somente serão analisados pedidos de impugnação contra este Edital de Licitação, se protocoladas até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura do processo licitatório, por escrito, devendo o mesmo ser protocolado na Sede do Sesi-TO, situado na Quadra ACSE 1, Rua de Pedestre, SE 03, Nº 34-A, Plano Diretor Sul, Palmas-TO, CEP.: 77.020-016.

12.2. O prazo para interposição de recurso contra decisão da Comissão de Licitação é de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação do resultado.

12.3. Os eventuais recursos interpostos serão julgados em estrita conformidade com os prazos estabelecidos pelo Regulamento de Licitações do Sesi.

12.4. Os recursos serão dirigidos a Superintendente do Sesi-TO por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão, pela licitante que se julgar prejudicada, os quais deverão ser protocolados no Departamento de Licitações do Sesi-TO.

12.5. A licitante que ingressar com recurso meramente protelatório, com o intuito de retardar o procedimento licitatório, ficará sujeita às penalidades previstas em lei, bem como à pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o SESI-DR/TO pelo prazo de 02 (dois) anos.

12.6. Não serão reconhecidas(os) as(os) impugnações/recursos cuja petição tenha sido apresentada fora do prazo e/ou subscrita por procurador não habilitado legalmente no processo para responder pela empresa.

12.7. Também não serão reconhecidas às petições que tenham sido encaminhadas por *E-mail*.

12.8. O provimento de recursos pela autoridade competente somente invalidará os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.9. É facultado a qualquer licitante credenciado, formular impugnações ou protestos, por escrito, devidamente registrados na ata dos trabalhos, em relação a qualquer dos demais licitantes, ou ao transcurso da licitação. Entretanto, qualquer conduta caracterizada como prejudicial ao bom andamento do certame licitatório, poderá ser considerada como incursa no preceito do artigo 335, do Código Penal, objetivando responsabilizar aquela licitante que assim der causa a tal.

13 DAS PENALIDADES

13.1. A desistência formulada por qualquer das licitantes após a abertura das propostas sujeitar-lhe-á ao pagamento de multa equivalente a até 10% (dez por cento) do valor de sua proposta escrita, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Licitação.

13.2. A multa será descontada dos pagamentos a que a licitante vencedora fizer jus ou recolhida diretamente à tesouraria do SESI-TO, no prazo máximo de 15 dias corridos, contados da data de sua comunicação, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

13.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato o SESI-TO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Rescisão;
- d) Suspensão do direito de licitar com o SESI por período de até 02 (dois) anos.

13.4. O atraso no prazo da entrega do objeto implicará, a cada ocorrência, multa correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor total do contrato, até o limite de 20% (vinte por cento) desse valor.

13.5. Na hipótese mencionada no subitem anterior, o atraso injustificado por período superior a 20 dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, sendo que após o 20º dia de atraso, o SESI terá direito de recusar a execução ou entrega da contratação, de acordo com

sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicada a perda de interesse no recebimento da nota fiscal/fatura para pagamento do objeto deste edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

13.6. Ocorrido à rescisão por motivo retrocitado, o contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação com fulcro no art. 9º XVII do RLC do SESI, observando a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados.

13.7. Quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas, por ocasião dos pagamentos devidos ao Contratado, nos termos dos artigos 368 e 380 do Código Civil.

13.8. Na imposição de compensação, nos termos do item anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pelo contratante, ou, ainda sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a contratada será notificada a recolher a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10(dez) dias, contados da data do recebimento, pela contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis ou cobradas judicialmente.

13.9. Serão considerados injustificados os atrasos **não comunicados tempestivamente** e indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do Contratante.

13.10. Sempre que não houver prejuízo para o contratante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, ao seu critério.

13.11. Caso a contratada descumpra as cláusulas desse instrumento poderá ser suspenso o direito de licitar com o SESI/TO por até dois anos.

13.12. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da lei.

14. DA EXTENSÃO DAS PENALIDADES

14.1. A suspensão de participar em licitação e contratar com o SESI poderá ser aplicada cumulativamente àqueles que:

14.1.1. Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com o SESI;

14.1.2. Apresentarem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal;

14.1.3. Retardarem a Concorrência.

15. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

15.1. O SESI-TO, por despacho da autoridade competente, observadas as razões de conveniência e oportunidade devidamente justificadas, poderão anular ou revogar a qualquer momento a presente licitação, dando ciência aos interessados, antes da assinatura

do Contrato ou declarar a sua nulidade por motivo de ilegalidade, mediante despacho fundamentado.

16. DUE DILIGENCE DE INTEGRIDADE

16.1. A licitante estará sujeita à análise de Due Diligence de Integridade (DDI) do Sistema FIETO-Tocantins, disponível através do link <https://forms.office.com/r/RdfKMstmtM>

16.2. A análise de integridade, prevista no item anterior, se fará com base no “Questionário de Due Diligence de Fornecedores do Sistema FIETO” e as evidências solicitadas no mesmo, que deverá ser preenchido pelo licitante e entregue juntamente com os documentos de habilitação.

16.3. O não preenchimento do “Questionário de Due Diligence de Fornecedores do Sistema FIETO” disponível através do link <https://forms.office.com/r/RdfKMstmtM> pelo licitante acarretará sua **INABILITAÇÃO**.

16.4. A análise prevista na Política de Due Diligence de Integridade do Sistema FIETO, será realizada pela Comissão de Licitação e pela área de Compliance, consoante procedimento interno da entidade.

16.5. As empresas enquadradas no critério bandeira vermelha – conforme Tabela 1 - da Política de Due Diligence de Integridade do Sistema FIETO, estarão **IMPEDIDAS** de participar do presente processo licitatório, consoante segue:

Bandeira Vermelha	<ul style="list-style-type: none">• Empresas e/ou sócios com condenações com trânsito em julgado, nos últimos 05 anos, relacionadas a processos de corrupção, fraude à licitação, improbidade administrativa ou lavagem de dinheiro;• Empresas e/ou sócios com restrições nos cadastros CEIS, CEPIM, CNEP.
--------------------------	---

16.6. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante, a Presidente da CPL verificará se existe eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas pelos órgãos TCU, CNJ, Portal da Transparência CEIS e CNEP, obtida através do site <https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br>.

16.7. Ao término do processo licitatório, quando da homologação do vencedor, a Comissão Permanente de Licitação comunicará a área de Compliance sobre a empresa vencedora do certame, a fim de que possa ser desenvolvido à análise de DDI, visando a identificação de bandeira amarela ou verde.

16.8. A área de Compliance encaminhará o relatório de DDI da licitante vencedora para a área demandante, a fim de que ela possa inserir este na matriz de riscos da empresa que

for bandeira amarela, conforme Procedimento Operacional Padrão (POP) de Gestão de Riscos.

17. ANTICORRUPÇÃO

17.1. As PARTES comprometem-se, sob as penas previstas neste instrumento e na legislação aplicável, a observar e cumprir rigorosamente todas as leis anticorrupção brasileiras, incluindo, mas não se limitando, o Código de Conduta e Ética e nas políticas internas do CONTRATANTE, disponível no endereço eletrônico <http://sistemafieto.com.br/compliance/>

17.2. A CONTRATADA se compromete, ainda, a treinar seus Colaboradores alocados na execução das atividades do Contrato, a fim de instruí-los sobre o cumprimento obrigatório das diretrizes contidas no Código de Ética e Conduta do CONTRATANTE para a execução do objeto deste instrumento.

17.3. As PARTES declaram e garantem que não estão envolvidos ou irão se envolver, direta ou indiretamente, por seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores, subcontratados, parte relacionada, durante o cumprimento das obrigações previstas no Contrato, em qualquer atividade ou prática que constitua uma infração aos termos das Leis Anticorrupção.

17.4. A CONTRATADA concorda que, o CONTRATANTE terá o direito de realizar auditoria, a qualquer tempo, a fim de verificar o cumprimento do disposto nas Leis Anticorrupção e nas Políticas de Compliance.

17.5. O não cumprimento por qualquer das PARTES das Leis Anticorrupção e/ou das Políticas de Compliance do CONTRATANTE será considerada uma infração grave e conferirá a outra parte o direito de, agindo de boa-fé, declarar rescindido imediatamente o presente instrumento, sem qualquer ônus de penalidade, sendo o ator da infração responsável por perdas e danos, nos termos da legislação aplicável.

17.6. A CONTRATADA obriga-se a participar de treinamentos referentes as políticas de Compliance e demais normativas de anticorrupção mantidos pelo CONTRATANTE, quando convocado. Na data e horário do evento, se não houver a participação da CONTRATADA, o CONTRATANTE notificará e realizará nova convocação.

17.7. Havendo recorrência da ausência, sem caso fortuito ou força maior o contrato poderá ser rescindido sem quaisquer ônus e penalidades para o CONTRATANTE.

17.8. A licitante se contratada autoriza o CONTRATANTE a proceder a due diligence, sempre que necessário, quanto à solidez e regularidade econômica, preservada a confidencialidade e sigilo das informações obtidas.

17.9. Nos casos em que ocorrer danos à imagem e reputação do CONTRATANTE, levando ainda a possibilidade de lucro cessante em decorrência de atos ou fatos que violem às Leis Anticorrupção, desde que devidamente comprovado, a CONTRATADA se obrigará a reparar os danos materiais e morais, independentemente de dolo ou culpa.

18. CONFIDENCIALIDADE, SIGILO E PROPRIEDADE INTELECTUAL

18.1. A licitante se contratada compromete-se a tratar como estritamente confidencial todas e quaisquer INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS que tiverem sido transmitidas ou disponibilizadas pelo CONTRATANTE, seja na forma de documentos, seja em qualquer outra forma, e deverá evitar qualquer revelação dessas a terceiros, salvo conforme necessário para a proteção ou utilização dos DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL gerados por ou transferidos ao CONTRATANTE.

19. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

19.1. As partes declaram-se cientes dos direitos, obrigações e penalidades aplicáveis constantes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº13.709/2018 e obrigam-se a adotar todas as medidas razoáveis para garantir, por si, bem como seu pessoal, colaboradores e subcontratados que utilize dos Dados Protegidos na extensão autorizada da referida LGPD.

19.2. Caberá ao CONTRATANTE (parte controladora), tomar as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais transmitidos à CONTRATADA que, na condição de Operadora, realizará o tratamento dos dados pessoais, seguindo as instruções recebidas da parte controladora e garantindo a licitude e idoneidade no tratamento dos dados pessoais, sob pena de arcar com as perdas e danos que eventualmente possa causar, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis.

19.3. A violação de qualquer obrigação prevista nesta cláusula ou na legislação vigente pela CONTRATADA ou por seus colaboradores, ou terceiros a ela vinculados, caracterizará infração contratual com aplicação das penalidades previstas neste instrumento, sem prejuízo de ressarcimento de eventuais perdas e danos acarretados por prejuízo financeiro e /ou de imagem.

19.4. Em caso de incidente de segurança, a parte operadora (contratada) deverá notificar a parte controladora (contratante) informando a ocorrência, no prazo máximo de 48 horas (quarenta e oito horas) e indicando as medidas deverão ser adotados para a reversão da situação no menor prazo possível. A licitante se contratada se obriga, ainda, a apresentar todas as informações para o acompanhamento das ações realizadas para correção da falha, fornecendo a documentação necessária para subsidiar possível defesa administrativa e/ou judicial em razão do referido incidente.

20. DAS CONDIÇÕES GERAIS

20.1. É facultada à Comissão Permanente de Licitação, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do procedimento licitatório, ou ainda, solicitar esclarecimentos adicionais, que deverão ser satisfeitos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

20.2. Devidamente justificado, a presente licitação poderá ser transferida, aumentada ou reduzida em suas quantidades, a critério exclusivo do SESI-TO.



Serviço Social da Indústria

PELO FUTURO DO TRABALHO

20.3. A participação na presente licitação implica em concordância tácita, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste Edital e de seus anexos.

20.4. É assegurado ao Sesi-TO, o direito de revogar, cancelar e anular total ou parcialmente a presente licitação, em qualquer fase, conforme artigo 40, do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesi.

20.5. Os interessados poderão obter mais informações acerca do presente Edital de Licitação, por meio de documento expresso, podendo ser encaminhado pelo e-mail: cpl@sistemafieto.com.br, fone (63) 3229-5742, ou diretamente na Comissão Permanente de Licitação, endereço na Quadra ACSE 1, Rua de Pedestre, SE 03, Nº 34-A, Plano Diretor Sul, Palmas-TO, CEP.: 77020-016.

Palmas/TO., 24 de novembro de 2021.

KELLYANE RESPLANDES DOS SANTOS

Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Sistema FIETO

ANEXO I

PROJETO BÁSICO

01. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em engenharia para implantação de sistemas de geração de energia fotovoltaica com capacidade de potência total de 88,8 Kwp na unidade Sesi Esporte.

02. DA JUSTIFICATIVA

2.1. Em tempos de instabilidade econômica, em que o Brasil se encontra, nota-se que investir em projetos de energia solar, vai além de questões ligadas à preservação ambiental, alcançando também o aspecto da sustentabilidade dos negócios das empresas.

2.2. O Sesi e deve dar o exemplo com a adoção de boas práticas de responsabilidade ambiental e de sustentabilidade de seus negócios.

2.3. A energia solar, é a energia eletromagnética cuja fonte é o sol. Ela pode ser transformada em energia térmica ou elétrica e aplicada em diversos usos.

2.4. O incentivo à energia solar no Brasil é justificado pelo potencial do país, que possui grandes áreas com radiação solar incidente e está próximo à linha do Equador. Caso em que se adere perfeitamente às condições climáticas e de localização do Estado do Tocantins.

2.5. A implantação do sistema de energia solar nas unidades do Sesi, trará grande economia no que diz respeito ao consumo de energia elétrica, pois, será possível reduzir em 100% o valor da conta e proporcionar créditos energéticos para outras unidades, tornando muito vantajoso a implantação do sistema de geração de energia solar.

2.6. A referida economia será de suma importância, pois, o valor economizado referente ao consumo de energia elétrica, poderá ser revertido em melhorias para as unidades do Sesi.

2.7. Este projeto básico, é parte integrante do rol de documentos que compõem o processo de licitação para a contratação de empresa especializada em engenharia para implantação de sistemas de geração de energia fotovoltaicos na unidade Sesi Esportes.

03. ESCOPO DOS SERVIÇOS E RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS

3.1. O escopo da contratação compreende a execução total previstos no Conjunto Planilhas Orçamentária Básica / Quantitativos e Especificações que serão custeadas pelo Sesi – TO, e deverão ser executados em estrito atendimento às Normas Técnicas da ABNT que regulam serviços dessa natureza, bem como os padrões e a legislação técnica específica do Sistema CONFEA/CREA, com os seguintes itens básicos que compõem a planilha dos serviços a serem contratados: SISTEMA SOLAR FOTOVOLTAICO.

3.2. Geração de Energia Solar – elaboração de projeto executivo, fornecimento de equipamentos e materiais, instalação, solicitação de vistoria pela Distribuidora de Energia - Tocantins, colocação em operação – início da geração de energia em conformidade com os anexos deste projeto básico.

3.3. O Projeto executivo deverá conter:

3.3.1. Para a elaboração do projeto executivo a CONTRATADA deve realizar análise prévia das instalações civis e elétricas, com elaboração de relatório técnico com indicação das eventuais adaptações necessárias, tendo em conta também o acesso aos elementos a instalar.

3.3.2. Locação em planta e em corte, com cotas, de cada estrutura de sustentação de placas.

3.3.3. Detalhe do suporte das placas solares, com cotas e perfis (seção transversal das peças).

3.3.4. Esquema de fixação dos suportes na estrutura, com especificação de materiais e forma de impermeabilização, para verificar se não ocorrerá infiltração de água de chuva na estrutura metálica.

3.3.5. O projeto executivo deverá prever estudo quanto ao layout do sistema no telhado, detalhes e desenhos técnicos contendo todas as informações necessárias para a instalação dos painéis, das strings, dos inversores, da estrutura de suporte e demais componentes do sistema, com as respectivas ART.

3.3.6. A CONTRATANTE garante que as áreas de cobertura onde serão instalados os sistemas tem capacidade de suportação de 17 kg/m², além da capacidade de suporta o da carga total do sistema sobre a cobertura.

3.3.7. A CONTRATADA deverá considerar que a CONTRATANTE entreg r  sinal de internet via WI-FI ou com cabo, para transmissão do consumo e gera o de energia de cada imóvel onde será instalado cada sistema.

3.4. Dem is recomenda es:

3.4.1. Os geradores serão instalados sobre telhados com telhas de fibrocimento ou metálicas.

3.4.2. O gerador fotovoltaico deverá ser composto por módulos idênticos, ou seja, com mesmas características elétricas, mecânicas e dimensionais.

3.4.3. Os módulos fotovoltaicos devem ser constituídos por células fotovoltaicas do mesmo tipo e modelo, feitos de silício monocristalino.

3.4.4. Os módulos devem contar com certifica o INMETRO com garantia de performance mínima de 25 anos.

3.4.5. Dentro das caixas de conexão, os elementos devem ser dispostos de tal forma que os polos positivo e negativo fiquem tão separados quanto possível, respeitando, minimamente,

as distâncias requeridas pelas normas aplicáveis, isso é, para reduzir o risco de contatos diretos.

3.4.6. Os condutores de corrente contínua desde as caixas de conexão até a entrada dos inversores devem ser acondicionados em eletrocalhas ou eletrodutos, com caixas de passagem seguindo as normas brasileiras de instalações elétricas.

3.4.7. As estruturas de suporte devem estar projetadas para resistir aos esforços do vento de acordo com a NBR 6123/1988 e a ambientes de corrosão igual ou maiores que C3, em conformidade com a ISO 9223.

3.4.8. As estruturas de suporte devem ser feitas de aço galvanizado à fogo ou alumínio e devem atender ao requisito de duração de 25 anos. Os procedimentos de instalação devem preservar a proteção contra corrosão, isto também é aplicável aos parafusos, porcas e elementos de fixação em geral.

3.4.9. Sempre que possível devem ser utilizados furos já existentes nas telhas, deve-se ainda aplicar materiais vedantes, a fim de eliminar quaisquer tipos de infiltração de água no interior da unidade.

3.4.10. Todos os módulos devem estar a uma altura suficiente da cobertura, de modo a permitir uma ventilação adequada, conforme recomendação do fabricante.

3.4.11. As estruturas/módulos fotovoltaicos devem ser dispostos de tal maneira que permita o acesso à manutenção do telhado e demais equipamentos existentes na unidade.

3.4.12. Todas as estruturas metálicas e equipamentos devem estar conectados ao sistema de aterramento, de forma a garantir a equipotencialidade.

3.4.13. Os sistemas fotovoltaicos devem ter dispositivos de proteção contra surtos e disjuntores na corrente contínua e na corrente alternada, de forma a proteger o sistema dos imóveis onde serão instalados.

3.4.14. Toda a instalação, deve ser realizada em conformidade com a norma NBR 5419, inclusive, eventuais adaptações necessárias.

3.4.15. ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;

3.4.16. NBR-5410 – Instalações Elétricas de Baixa Tensão;

3.4.17. NBR-5419 – Sistemas de Proteção Contra Descargas Atmosféricas;

3.4.18. INMETRO – Portaria nº 004/2011;

3.4.19. ENERGISA – Concessionária de distribuição de energia elétrica do Tocantins;

3.4.20. ABNT NBR 16274 - Sistemas fotovoltaicos conectados à rede — Requisitos mínimos para documentação, ensaios de comissionamento, inspeção e avaliação de desempenho;

3.4.21. ABNT NBR 16150 - Sistemas fotovoltaicos (FV) — Características da interface de conexão com a rede elétrica de distribuição — Procedimento de ensaio de conformidade;

3.4.22. ABNT NBR 16149 - Sistemas fotovoltaicos (FV) – Características da interface de conexão com a rede elétrica de distribuição;

3.4.23. ABNT NBR IEC 62116:2012 - Procedimento de ensaio de anti-ilhamento para inversores de sistemas; fotovoltaicos conectados à rede elétrica;

3.4.24. ABNT NBR 11704 - Sistemas fotovoltaicos – Classificação;

3.4.25. ABNT NBR 10899 - Energia solar fotovoltaica — Terminologia;

3.4.26. A “CONTRATADA” deverá seguir todas as ligações instruídas pelo manual e projeto do(s) inversor(es), para que o sistema fotovoltaico funcione adequadamente, respeitando os limites operacionais dos equipamentos.

3.4.27. Cada módulo fotovoltaico deverá atender as seguintes características técnicas:

3.4.28. Possuir uma caixa de conexão IP 67, com bornes e conectores à prova d’água e de engate rápido.

3.4.29. A tensão contínua nominal dos arranjos deverá estar compatível com a especificada para os inversores.

3.4.30. A corrente máxima dos módulos deve ser compatível com a especificada para os inversores.

3.4.31. Os módulos deverão ser acompanhados de teste de laboratório comprovando o desempenho PID FREE.

3.4.32. Os módulos deverão ser acompanhados de testes de funcionamento específico – Flash Test.

3.4.33. Todas as estruturas de suporte das placas fotovoltaicas devem ser de aço galvanizado ou alumínio, com reforço de estabilidade, durabilidade e preparadas em caso de esforços mecânicos, climáticos e corrosão, bem como as expansões/contrações térmicas, com garantia de 10 anos;

3.4.34. Todos os fios, cabos, conectores, proteções, diodos, estrutura de fixação, e demais componentes devem ser fornecidos e perfeitamente dimensionados de acordo com a quantidade de placas fotovoltaicas e inversores do arranjo fotovoltaico; seguindo todas as normas de instalações elétricas relevantes à futura instalação, manutenção e segurança do sistema, em especial a norma NBR 5410 referente à instalação em baixa tensão.

3.4.35. As instalações deverão estar providas de sistemas de aterramento que garanta que em quaisquer circunstâncias não sejam geradas tensões de contato superiores aos limites estabelecidos em norma (NBR 5410/5419). O sistema de geração distribuída deverá estar conectado ao sistema de aterramento da unidade consumidora. Não devem ser utilizadas

canalizações metálicas de água, líquidos ou gases inflamáveis como eletrodos de aterramento.

3.4.36. Os projetos submetidos deverão atender a uma geração de energia mínima de 11.500 kWh/mês em média anual.

3.4.37. A “CONTRATADA” é responsável pela garantia da prestação de serviço do sistema oferecendo serviço de 2 (dois) anos, de modo que são de inteira responsabilidade da “CONTRATADA” a manutenção corretiva que porventura seja necessária durante esse período, correrá custo zero de serviço para as unidades, ficando à cargo do custo de substituição, reparo e mão de obras do componente danificados, se for o caso, observando o período de garantia do produto.

3.4.38. A “CONTRATADA” é responsável pela Anotação de Responsabilidade Técnica de execução - ART e toda a documentação necessária para ligação do sistema de geração fotovoltaico junto a concessionária local (Energisa).

3.4.39. A “CONTRATADA” é responsável por conduzir o processo de interligação à rede da concessionária de distribuição, atendendo a todas as normas e requisitos de conexão aplicáveis e observando os requisitos para habilitação dos sistemas no sistema de compensação de energia conforme Resolução ANEEL 482/2012 e demais revisões subsequentes da mesma.

3.5. A CONTRATADA deverá seguir as seguintes normas:

- Norma Regulamentadora NR-6 Equipamentos de Proteção Individual EPI;
- Norma Regulamentadora NR-10 Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- Norma Regulamentadora NR-18 Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
- Norma Regulamentadora NR-26 Sinalização de Segurança;
- Norma Regulamentadora NR-35 Trabalho em Altura.

3.6.Treinamento:

3.6.1. O objetivo do treinamento é capacitar os técnicos do CONTRATANTE para a operação, gerenciamento e monitoramento dos sistemas.

3.6.2. O Treinamento será de responsabilidade da CONTRATADA, bem como o fornecimento de materiais didáticos que forem necessários.

3.6.3. A duração do treinamento deverá ter duração mínima de 8 (oito) horas.

3.6.4. O programa do treinamento deverá ser aprovado previamente pelos CONTRATANTE, e deverá estar coerente com os equipamentos instalados.

3.6.5. O treinamento deverá ser realizado na unidade de Palmas em local disponibilizado pelos CONTRATANTE.

3.6.6. Deverá ser emitido certificado de participação no treinamento para os participantes.

04. DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO

4.1. A empresa CONTRATADA deverá prestar o serviço de acordo com as especificações contidas neste projeto básico e seus anexos.

4.2. Todos os elementos representados neste Projeto Básico e seus anexos deverão ser considerados para fins de elaboração de proposta financeira.

4.3. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções na proposta, não poderão constituir pretexto para cobrança de “serviços extras” e/ou alteração na composição de preços unitários.

4.4. Os preços deverão ser propostos considerando-se todas as despesas, inclusive o seu transporte até o local de execução do serviço, equipamentos de segurança individual, coletiva e providências pertinentes, assim como as despesas relativas à mão de obra necessária a execução do objeto, quando houver, incluindo as previstas em leis sociais, seguros, fretes, impostos de qualquer natureza, lucro e outros encargos ou acessórios.

4.5. Antes da abertura do certame, licitante poderá examinar o local da execução dos serviços, acompanhada por funcionário designado pelo Sesi, obtendo para sua própria utilização e exclusiva responsabilidade, todas as informações necessárias à elaboração da proposta e eventual celebração do contrato. Todos os custos associados a visita ao local das obras serão arcados integralmente pelas próprias licitantes. Serão inaceitáveis alegações futuras de desconhecimento de fatos ou detalhes que impossibilitem ou dificultem a execução e a entrega do objeto licitado.

4.6. As visitas poderão ser agendadas através do seguinte telefone:

- PALMAS Sesi: Fone (63) 63 98425-8295– Hider Cordeiro de Moraes – Engenheiro Civil do Sesi.

4.7. As visitas facultativas poderão ser realizadas nos endereços informados no item 11.5, de segunda a sexta, das 08:30h às 11:30h e das 14:30 às 17:30h.

4.8. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções na proposta, não poderão constituir pretexto para cobrança de “serviços extras” e/ou alteração na composição de preços unitários.

05. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1. O critério de julgamento será do tipo Menor Preço Global.

06. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS SERVIÇOS E RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS

6.1. Os serviços deverão ser executados em conformidade com esse projeto básico e seus anexos:

- PLANILHA ORÇAMENTÁRIA;
- COMPOSIÇÃO DO BDI;
- CRONOGRAMA;
- PLANTA DE SITUAÇÃO;
- DIAGRAMA UNIFILAR;
- DIAGRAMA FUNCIONAL;
- ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E FINANCEIRA;
- MEMORIAL DESCRITIVO.

6.2. Das Normas e Requisitos Técnicos: A execução das obras e serviços deverá tomar por base e atender requisitos técnicos e normativos:

- a) Normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- b) Normas do INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.

6.3. Das Recomendações e Procedimentos Técnicos:

- a) O(s) profissional(ais) responsável(eis) pela condução técnica dos serviços deverá(ão) emitir Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica na modalidade prevista, a ser registrada nos conselhos profissionais competentes (CREA ou CAU), em até 3 (três) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço / Assinatura do Contrato, estando o início efetivo das obras e serviços vinculados a apresentação deste documento;
- b) As anotações ou registros de responsabilidade técnica deverão ser emitidas em nome da CONTRATANTE, através de emissão de Anotações ou Registros Vinculados (ART ou RRT vinculada);
- c) Os serviços serão rigorosamente executados de acordo com a Planilha de Quantitativos / Especificações e deverão atender plenamente as especificações e recomendações contidas nas Normas Técnicas / NBR – ABNT pertinentes aos serviços constantes do objeto contratado.

07. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados conforme previsto no edital de licitação, sob pena de inabilitação.

08. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. Os documentos de qualificação técnica deverão ser apresentados conforme previsto no edital de licitação, sob pena de inabilitação.

09. DO VALOR ESTIMADO

9.1. O preço global básico orçado / estimado para a totalidade dos serviços a serem prestados / executados é de R\$ 406.805,98 (quatrocentos e seis mil, oitocentos e cinco reais e noventa e oito centavos).

10. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1. O contrato terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, a critério das partes, até os limites legais.

11. PRAZOS E LOCAIS DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1. Os serviços serão realizados após a formalização a emissão da ordem de serviço.

11.2. O prazo de execução será de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data do recebimento da ordem de serviço em conformidade com o cronograma físico financeiro.

11.3. A empresa licitante deverá elaborar cronograma Físico-Financeiro limitando-se ao prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos e seguir rigorosamente aos itens, informações, valores e sequências constantes do Cronograma Físico Financeiro Básico do SESI-TO que deverá ser apresentado pela empresa licitante junto com a proposta de preço – Envelope II.

11.4. Durante a vigência da CONTRATO o serviço será acompanhado e fiscalizado por um colaborador designado para esse fim. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do colaborador designado deverão ser solicitadas aos seus superiores hierárquicos em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

11.5. Os serviços serão realizados nos endereços abaixo:

SESI ESPORTES	
Endereço	AVENIDA TEOTÔNIO SEGURADO, QUADRA 902 SUL 0 AL 02 LT 01A QD 09 ACSE 90 - ST SUL, PALMAS-TO.

12. DAS CONDIÇÕES E PRAZO DE PAGAMENTO

12.1. Os pagamentos pelos serviços prestados serão efetuados de acordo com o cronograma físico financeiro em 02 (duas) medições.

12.2. Dependendo da forma de execução a ser realizada pela licitante, as medições poderão variar para mais ou para menos em relação ao cronograma físico financeiro, onde será medido exatamente os serviços realizados em cada etapa.

12.3. Os pagamentos serão efetuados de acordo com a planilha de medição, com base nos preços unitários apresentados na proposta financeira e contra a apresentação de Fatura/Nota Fiscal devidamente atestada pela Fiscalização do SESI - TO formalmente designada, acompanhada do relatório dos trabalhos desenvolvidos e do respectivo boletim de medição referente ao período de competência, mediante depósito bancário em conta corrente a ser indicada pelo CONTRATADO, no prazo de 10 (dez) dias a contar do recebimento da Nota Fiscal e da Liberação pela Fiscalização.

12.4. Não constituem motivos de pagamento pelo SESI - TO serviços desnecessários que forem realizados sem autorização prévia da Fiscalização. Não terá faturamento, serviço algum que não se enquadre na forma de pagamento estabelecida neste Projeto Básico.

12.5. As faturas apenas serão liberadas para pagamento depois de aprovadas pelo Sesi - TO e se não contiverem erros ou omissões, sem o que serão, de forma imediata, devolvidas à Contratada para correções.

12.6. A última medição somente será paga após a aceitação total do serviço pela Fiscalização do Sesi - TO.

12.7. Em cumprimento à Lei Complementar nº 116 de 31/07/2003 – D.O.U. 01/08/2003 que dispõe sobre o ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – de competência dos municípios e do Distrito Federal será feita a retenção e o recolhimento em favor do município de Palmas (local da obra) de acordo com legislação vigente.

12.8. A CONTRATADA deverá apresentar, para fins de pagamento, os seguintes documentos, em vigência na data do pagamento da nota fiscal:

- CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS FEDERAIS;
- CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF) EMITIDO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - PARA PESSOA JURÍDICA.

12.9. A CONTRATADA deverá manter durante todo o período relativo à prestação dos serviços contratados as mesmas condições de habilitação exigidas neste Projeto Básico.

12.10. Constatando-se a perda da regularidade fiscal no curso da execução do contrato, a Contratada será notificada por escrito, para no prazo de 05 (cinco) dias úteis regularizar sua situação, ou apresentar defesa.

12.11. O prazo do item anterior poderá ser prorrogado a critério do Sesi – TO.

12.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração adotará as medidas necessárias à rescisão do Contrato em execução, nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

13. DADOS PARA FATURAMENTO DAS NOTAS FISCAIS DE SERVIÇO

13.1. As notas fiscais serão emitidas somente de SERVIÇO, deverão ser faturadas em nome do Sesi – DR / TO, de acordo com cada pedido de compra, conforme os dados da unidade contratante abaixo:

- SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – Sesi-DR/TO, CNPJ: 03.777.433/0002-27, Quadra ACSE 01 RUA SE 05 LOTE 02 – Plano Diretor Sul – CEP: 77.020-018 – Palmas – TO.

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes do contrato correrão por conta das dotações orçamentárias, conforme Unidade e Centro de Responsabilidade constantes da tabela abaixo:

SESI – DR / TO

Unidade	Centro	Conta
Unidade: 29.01.11 UNIAD-UNIDADE ADMINISTRATIVA	Centro: 3.07.10.01.01.02 SUBVENÇÕES EXTRAORDINARIAS	32010102004 INSTALAÇÕES
Unidade: 29.02.01.02 SESI - SAÚDE E SEGURANÇA- PALMAS	Centro: 3.07.10.01.01.11 PJ - EFICIENCIA ENERGÉTICA	32010102004 INSTALAÇÕES

15. DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO

15.1. A Gestão do Contrato será exercida pela gerente do CET – Palmas, Sra. Klébica Pontes Fernandes.

15.2. A fiscalização técnica do contrato será exercida Engenheiro Leonardo Sandes Del Castanhele - CREA nº 2415314722 - da empresa Cromo Solar, em conformidade com contrato de Dispensa 001/2021 – SESI – DR/TO.

15.3. A fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a CONTRATADA, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas da ABNT e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se a Contratada a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

15.4. A fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer serviço que não esteja sendo executado dentro dos termos do Contrato, dando conhecimento ao SESI - TO.

15.5. Caberá à fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A fiscalização informará ao gestor do contrato quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

15.6. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

16. DAS OBRIGAÇÕES

16.1. Compete ao Contratante:

- Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições do processo;
- Proceder aos pagamentos em conformidade com os objetos de cada pedido de compra;
- Gerenciar e fiscalizar a qualidade dos objetos contratados;
- Fazer a inspeção dos objetos contratados antes e depois da entrega dos mesmos;
- Comunicar a empresa sobre possíveis irregularidades nos objetos entregues para imediata correção;

- Informar a CONTRATADA, por escrito, as razões que motivarem eventual rejeição dos objetos contratados;
- Efetuar o pagamento na forma deste Projeto Básico;
- Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento.

16.2. Compete à Contratada:

- A execução da totalidade de todos os serviços descritos ou mencionados neste Projeto Básico compreendendo, para tanto, todos os materiais, mão de obra e equipamentos necessários;
- Executar a totalidade dos serviços descritos nas Especificações Técnicas, Planilha de Quantitativos / Orçamentária;
- Cumprir todas as leis e posturas, federais, estaduais e municipais pertinentes, responsabilizando-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa, quando for o caso;
- Manter os locais de trabalho continuamente limpos, desobstruídos e sinalizados e observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental;
- Fornecer toda mão de obra, materiais e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços descritos, devendo os materiais a serem empregados receber prévia aprovação pelos CONTRATANTE que se reservam ao direito de rejeitá-los caso não satisfaçam aos padrões de qualidade e quantidade especificados e adequados;
- Manter quadro de pessoal suficiente e mão de obra habilitada e compatível com o grau de especialização e quantidades dos serviços previstos neste Projeto Básico, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço ou demissão de empregados, os quais não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com os CONTRATANTE;
- Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato;
- Responsabilizar-se pelas despesas com transporte e alimentação de seus empregados, nos termos da legislação vigente;
- Providenciar para que os seus funcionários utilizem fardamento compatível com a natureza dos serviços e tarefas, bem como EPI's - equipamento de proteção individual previsto pelas normas de segurança do trabalho;
- Substituir, sempre que exigido pelo CONTRATANTE e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, postura, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais ao desenvolvimento / execução dos serviços;
- Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados e/ou prepostos, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais relacionadas com o cumprimento do contrato;
- Realizar os serviços de acordo com todas as normas de segurança vigentes, utilizando os equipamentos de proteção individual e coletiva necessários, ficando sob total responsabilidade da CONTRATADA a ocorrência de qualquer acidente que venha vitimar seus empregados e/ou terceiros em decorrência da execução do objeto deste Termo;



Serviço Social da Indústria

PELO FUTURO DO TRABALHO

- Comunicar prontamente aos CONTRATANTE qualquer irregularidade relacionada com a execução dos serviços;
- Atender prontamente as determinações da fiscalização, provendo as facilidades para o pleno desempenho de suas atribuições;
- Responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por autoridades federais, estaduais e municipais em consequência de fato a ela imputável e relacionados com os serviços e/ou fornecimentos contratados;
- Cumprir os prazos previstos neste Projeto Básico;
- Manter atualizada a documentação apresentada para contratação, devendo a CONTRATADA informar aos CONTRATANTE, imediata e formalmente, caso ocorra, a impossibilidade de renovação ou apresentação de qualquer desses documentos;
- Responder pela existência de todo e qualquer vício, irregularidade ou simples defeito de execução, comprometendo-se a removê-lo ou repará-lo, desde que provenham de má execução dos serviços ou má qualidade do material;
- Emitir Fatura / Nota Fiscal na forma prevista e pagar, nos respectivos vencimentos, os tributos devidos, assumindo, com exclusividade e integralmente, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto do Contrato;
- Proceder às devidas regularizações da responsabilidade técnica dos serviços objeto da contratação através do registro de ART – Anotação de Responsabilidade Técnica junto a CREA ou de RRT – Registro de Responsabilidade Técnica junto ao CAU;
- Serão de responsabilidade da CONTRATADA a vigilância e proteção de todos os bens, materiais, equipamentos e pessoas no local dos serviços;
- A CONTRATADA do serviço para instalação do sistema deve possuir uma garantia de funcionamento do sistema e de equipamentos. No caso de sistemas que apresentam uma disponibilidade mínima de energia, A CONTRATADA deve ainda apresentar garantia de desempenho do sistema implantado;
- A CONTRATADA do serviço/instalação, quando da entrega do sistema aos CONTRATANTE, deve apresentar os certificados de garantia de fábrica para os equipamentos do sistema de geração (incluindo o sistema de monitoramento, controle e medição, se houver), considerando os prazos especificados a partir do comissionamento do sistema;
- A CONTRATADA, durante a fase de garantia do sistema responde por todos os problemas com equipamentos e intermedia o processo com os fabricantes;
- A CONTRATADA deve garantir por um prazo acordado não só os equipamentos, mas o sistema em seu conjunto contra: erros de projeto, de instalação, de escolha de materiais ou equipamentos; incompatibilidade de funcionamento entre equipamentos; erro na coordenação da proteção; inconsistência da especificação e requisitos de projeto etc;
- A CONTRATADA deve dar garantias de desempenho das placas fotovoltaicas, garantindo a capacidade de geração fotovoltaica instalada;
- Fornecimento, montagem e instalação de Equipamentos, Materiais e Acessórios para o sistema FV;
- Testes e comissionamento do sistema;
- Elaboração do AS BUILT caso haja mudança no projeto;
- Fornecimento de relatórios de inspeção técnica, medição de aterramento, memória de cálculo, diagramas e desenhos e outros;
- Fornecimento dos projetos, diagramas, cortes e demais projetos complementares inclusive os AS BUILT, em formato DWG.

17. DAS PENALIDADES

17.1. As penalidades serão aplicadas conforme previsto no edital de licitação e minuta de contrato.

18. DA RESCISÃO CONTRATUAL

18.1. A inexecução total ou parcial de condições avençadas pode acarretar rescisão do contrato, com as consequências contratuais e as previstas em lei e regulamento.

18.2. São motivos para a rescisão do contrato:

- I. Caso de inadimplência de qualquer das cláusulas contratuais;
- II. Ocorrendo liquidação judicial, concordata ou falência da CONTRATADA;
- III. Não cumprimento do contrato, sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;
- IV. Supressão, por parte do CONTRATANTE, de objetos que acarretem modificação do valor inicial do contrato além do valor permitido;
- V. Atraso injustificado superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pelo CONTRATANTE decorrente do fornecimento de objetos já recebidos;
- VI. Assegura-se a CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações até que seja normalizada a situação.

18.3. Não caberá a CONTRATADA indenização de qualquer espécie nos casos em que a mesma der causa à rescisão contratual por inadimplência de qualquer uma das normas contratuais vigentes e/ou não mencionadas neste Projeto Básico, caso em que a CONTRATADA será considerada responsável para todos os efeitos legais.

19. DA GARANTIA DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

19.1. A empresa responsável pela execução dos serviços deverá oferecer garantia mínima de 05 (cinco) anos para os inversores executados.

20. DO DIÁRIO DE OBRAS

20.1. Caberá à CONTRATADA o fornecimento e manutenção de "Diário de Obras", devidamente numerado e rubricado pela Fiscalização do CONTRATANTE, que permanecerá disponível para escrituração no local da obra e terá as seguintes características:

- a) Será único, com páginas numeradas tipograficamente previamente carbonadas, em 2 (duas) vias, sendo a primeira do CONTRATANTE e a segunda da CONTRATADA;
- b) Todas as folhas do Diário de Obras deverão ser assinadas por um representante da Fiscalização e do Responsável Técnico da CONTRATADA, no máximo, um dia após a referida data de entrada de dados;
- c) Deverá, a qualquer tempo, permitir a reconstituição dos fatos relevantes ocorridos na obra e que tenham influenciado de alguma forma seu andamento ou execução, contendo, no mínimo, os seguintes campos: nome da CONTRATADA, nome do

CONTRATANTE, data, prazo contratual, prazo decorrido, prazo restante, condições do tempo, máquinas e equipamentos, número e categoria de empregados, campo de ocorrências, campo para assinaturas da CONTRATADA e do CONTRATANTE.

20.2. Serão obrigatoriamente registrados no "Diário de Obras", pela CONTRATADA:

- a) Falhas nos serviços de terceiros não sujeitos à sua ingerência;
- b) Consultas à Fiscalização;
- c) Datas de conclusão de etapas caracterizadas e de medições, de acordo com o cronograma aprovado;
- d) Acidentes ocorridos no decurso dos trabalhos;
- e) Respostas às interpelações da Fiscalização;
- f) Eventual escassez de material que resulte em dificuldade para a obra ou serviço;
- g) Outros fatos que, a juízo da CONTRATADA, devem ser objeto de registro.

20.3. Será objeto de registro no "Diário de Obras" pela Fiscalização:

- a) Observações cabíveis a propósito dos lançamentos da CONTRATADA no "Diário de Obras";
- b) Observações sobre o andamento da obra ou serviço, tendo em vista as especificações, prazos e cronograma;
- c) Soluções às consultas, lançadas ou formuladas pela CONTRATADA, com correspondência simultânea para autoridade superior, quando for o caso;
- d) Restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da CONTRATADA, seus prepostos e sua equipe;
- e) Determinação de providências para o cumprimento do objeto e especificações;
- f) Outros fatos que, a juízo da Fiscalização devem ser objeto de registro.

21. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

21.1. Para o recebimento dos serviços, o SESI - TO através do sua Superintendente indicará e designarão profissionais ou técnicos do seu quadro habilitado para desempenho das tarefas necessárias, que seguirá as seguintes condições:

21.2. Concluídos os serviços, a Contratada solicitará ao SESI, através da Fiscalização, o seu Recebimento Provisório que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data da solicitação;

21.3. O SESI terá até 30 (trinta) dias para, através da Fiscalização, verificar a adequação dos serviços recebidos com as condições contratadas e emitir o Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços;

21.4. Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente ou refaça os serviços rejeitados. Aceito e aprovado o serviço o SESI emitirá o Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços que deverá ser assinado por representante autorizado da CONTRATADA.

22. DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS



22.1. Será permitida a subcontratação das partes menores dos serviços inerentes à execução do objeto desta Concorrência, sob inteira responsabilidade da licitante, levando-se em conta práticas usuais adotadas no mercado respeitado o interesse público subjacente a contratação e condicionada, obrigatoriamente, à aprovação expressa do Sesi - TO e a demonstração da idoneidade do subcontratado por meio da apresentação dos documentos de habilitação requisitados nesta licitação, especialmente quanto a regularidade jurídica, fiscal, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e o cumprimento do disposto no inciso XXX III do art. 7º da Constituição Federal.

22.2. Na hipótese de subcontratação de que trata o subitem acima, não poderá ser subcontratado licitante que tenha participado do procedimento licitatório, Art. 28 do RLC do Sesi.

22.3. Não será permitida na presente licitação a participação de empresas em consórcio.



ANEXO II
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Os arquivos que constituem este Anexo estão disponíveis aos interessados juntamente ao Edital de Concorrência nº 003/2021 Sesi-TO, no site www.sesi-to.com.br.



Serviço Social da Indústria

PELO FUTURO DO TRABALHO

ANEXO III

CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO

Os arquivos que constituem este Anexo estão disponíveis aos interessados juntamente ao Edital de Concorrência nº 003/2021 Sesi-TO, no site www.sesi-to.com.br



Serviço Social da Indústria

PELO FUTURO DO TRABALHO

ANEXO IV

COMPOSIÇÃO DO BDI

Os arquivos que constituem este Anexo estão disponíveis aos interessados juntamente ao Edital de Concorrência nº 003/2021 Sesi-TO, no site www.sesi-to.com.br.



Serviço Social da Indústria

PELO FUTURO DO TRABALHO

ANEXO V

PROJETO DIAGRAMA UNIFILAR e FUNCIONAL

Os arquivos que constituem este Anexo estão disponíveis aos interessados juntamente ao Edital de Concorrência nº 003/2021 Sesi-TO, no site www.sesi-to.com.br.



Serviço Social da Indústria

PELO FUTURO DO TRABALHO

ANEXO VI

ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E FINANCEIRA

Os arquivos que constituem este Anexo estão disponíveis aos interessados juntamente ao Edital de Concorrência nº 003/2021 Sesi-TO, no site www.sesi-to.com.br.



Serviço Social da Indústria

PELO FUTURO DO TRABALHO

ANEXO VII

MEMORIAL DESCRITIVO

Os arquivos que constituem este Anexo estão disponíveis aos interessados juntamente ao Edital de Concorrência nº 003/2021 Sesi-TO, no site www.sesi-to.com.br.



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE RELAÇÃO DE PARENTESCO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2021 Sesi-DR/TO
CONCORRÊNCIA Nº 003/2021 Sesi-DR/TO

Declaro, sob as penas da lei e para fins de contratação com o Sesi-TO, que nos quadros da empresa _____ CNPJ nº _____ INEXISTE vínculo de parentesco por consanguinidade ou por afinidade entre Sócios, Gerentes ou Diretores até o 3º grau, com Dirigentes, Gerentes, Assessores e Conselheiros do Sesi Tocantins.

Em caso positivo, citar os nomes dos parentes e qual a relação de parentesco:

1º Nome: _____
Relação de parentesco: _____

2º Nome: _____
Relação de parentesco: _____

3º Nome: _____
Relação de parentesco: _____

Cidade, data.

Nome e assinatura do Representante Legal da Licitante



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

ANEXO IX
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENORES

Palmas (TO), dede 2021.

Ao
SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – Sesi-DR/TO

Prezados Senhores,

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por meio de seu representante legal Senhor _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, expedida pelo _____, inscrito no CPF sob o nº _____, DECLARA, sob as penalidades da Lei, para fins desta licitação, CONCORRÊNCIA nº 003/2021 Sesi-DR/TO, declara que:

- a) Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menores de 16 (dezesseis) anos, salvo se na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Atenciosamente,

(Assinatura do representante legal)

*Se assinada por procurador, deve ser anexada a procuração.



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

ANEXO X
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO

Palmas (TO), dede 2021.

Ao
SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI-DR/TO

Prezados Senhores,

A Empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada na _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o Sr.(a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, D E C L A R A, sob as penas da lei, que até a data de entrega dos envelopes, nenhum fato ocorreu que inabilite a empresa em participar da Concorrência em epígrafe.

Declara, outrossim, conhecer na íntegra o edital e seus anexos e que se submete a todos os seus termos.

Palmas, __ de _____ de 2021.

(nome e assinatura do representante legal da empresa)



Serviço Social da Indústria

PELO FUTURO DO TRABALHO

ANEXO XI

PLANTA SITUAÇÃO

Os arquivos que constituem este Anexo estão disponíveis aos interessados juntamente ao Edital de Concorrência nº 003/2021 Sesi-TO, no site www.sesi-to.com.br.

ANEXO XII

MINUTA DO CONTRATO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2021 SESI-DR/TO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM
O SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA –
SESI-DR/TO, E A
EMPRESA.....

Pelo presente instrumento particular, de um lado o **SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - DEPARTAMENTO REGIONAL DO TOCANTINS – SESI-DR/TO**, inscrito no CNPJ sob o nº 03.777.433/0001-46, estabelecido na Quadra ACSE 1, Rua de Pedestre, SE 3, Nº 34-A, Plano Diretor Sul, Palmas-TO, CEP.: 77020-016, neste ato representado por sua Superintendente, Sra. Roseli F. Neves Sarmento, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, do outro lado a empresa, inscrita no CNPJ sob o n.º, com sede na Rua CEP:, neste ato representado por seu Proprietário, Sr., doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato no âmbito do Processo Licitatório nº 013/2021 SESI-DR/TO, Concorrência nº 003/2021, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada em engenharia para a implantação de sistema de geração de energia fotovoltaico com capacidade de potência total de 88,8 Kwp na unidade Sesi Esporte, conforme Edital da Concorrência nº 003/2021 SESI-DR/TO e seus anexos.

Parágrafo Primeiro: Os serviços serão executados pelo regime de empreitada por preço global.

Parágrafo Segundo: Constituem parte integrante deste contrato, independentemente de transcrição, o edital de licitação e seus anexos, os documentos relacionados com a fase de habilitação, a proposta apresentada pela Contratada e demais documentos que integram o processo licitatório.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUBCONTRATAÇÃO

Será permitida a subcontratação das partes menores dos serviços inerentes à execução do objeto deste contrato, sob inteira responsabilidade da contratada, levando-se em conta práticas usuais adotadas no mercado, respeitado o interesse público subjacente a contratação e condicionada, obrigatoriamente, à aprovação expressa do Sesi-DR/TO, bem como, a demonstração da idoneidade do subcontratado por meio da apresentação dos documentos de habilitação requisitados no edital que fundamentou o presente ajuste, especialmente quanto a regularidade jurídica, idoneidade fiscal, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e o cumprimento do disposto no inciso XXX III do art. 7º da Constituição Federal.

Parágrafo Único: Não poderá ser subcontratado, empresa que tenha participado do procedimento licitatório, Art. 28 do RLC do Sesi.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão executados nos endereços abaixo:

SESI ESPORTES	
Endereço:	AVENIDA TEOTÔNIO SEGURADO, QUADRA 902 SUL 0 AL 02 LT 01A QD 09 ACSE 90 - ST SUL, PALMAS-TO.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR

O valor global deste contrato é de R\$ _____ (por extenso), conforme proposta de preço vencedora da Concorrência Nº 003/2021 Sesi-TO.

Parágrafo Único: O preço contratado inclui todas as despesas diretas e indiretas, tais como custos com materiais, mão-de-obra, encargos sociais, impostos, taxas, mobilização/desmobilização, administração, Benefícios e Despesas Indiretas – BDI, Equipamentos de Proteção Individual – EPI e Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC e demais custos e encargos necessários à completa e perfeita execução dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para execução dos serviços correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

SESI – DR / TO		
Unidade	Centro	Conta
Unidade: 29.01.11 UNIAD-UNIDADE ADMINISTRATIVA	Centro: 3.07.10.01.01.02 SUBVENÇÕES EXTRAORDINARIAS	32010102004 INSTALAÇÕES
Unidade: 29.02.01.02 SESI - SAÚDE E SEGURANÇA- PALMAS	Centro: 3.07.10.01.01.11 PJ - EFICIENCIA ENERGÉTICA	32010102004 INSTALAÇÕES

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução será de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data do recebimento da ordem de serviço em conformidade com o cronograma físico financeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

O contrato terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, a critério das partes, até os limites legais.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

A contratada responsável pela execução dos serviços deverá oferecer garantia mínima de 05 (cinco) anos para os inversores executados.

CLÁUSULA NONA – DO DIÁRIO DE OBRA

Caberá à CONTRATADA o fornecimento e manutenção de "Diário de Obras", devidamente numerado e rubricado pela Fiscalização do CONTRATANTE, que permanecerá disponível para escrituração no local da obra e terá as seguintes características:

- d) Será único, com páginas numeradas tipograficamente previamente carbonadas, em 2 (duas) vias, sendo a primeira do CONTRATANTE e a segunda da CONTRATADA;
- e) Todas as folhas do Diário de Obras deverão ser assinadas por um representante da Fiscalização e do Responsável Técnico da CONTRATADA, no máximo, um dia após a referida data de entrada de dados;
- f) Deverá, a qualquer tempo, permitir a reconstituição dos fatos relevantes ocorridos na obra e que tenham influenciado de alguma forma seu andamento ou execução, contendo, no mínimo, os seguintes campos: nome da CONTRATADA, nome do CONTRATANTE, data, prazo contratual, prazo decorrido, prazo restante, condições do tempo, máquinas e equipamentos, número e categoria de empregados, campo de ocorrências, campo para assinaturas da CONTRATADA e do CONTRATANTE.

Parágrafo Primeiro: Serão obrigatoriamente registrados no "Diário de Obras", pela CONTRATADA:

- a) Falhas nos serviços de terceiros não sujeitos à sua ingerência;
- b) Consultas à Fiscalização;
- c) Datas de conclusão de etapas caracterizadas e de medições, de acordo com o cronograma aprovado;
- d) Acidentes ocorridos no decurso dos trabalhos;
- e) Respostas às interpelações da Fiscalização;
- f) Eventual escassez de material que resulte em dificuldade para a obra ou serviço;
- g) Outros fatos que, a juízo da CONTRATADA, devem ser objeto de registro.

Parágrafo Segundo: Será objeto de registro no "Diário de Obras" pela Fiscalização:

- a) Observações cabíveis a propósito dos lançamentos da CONTRATADA no "Diário de Obras";
- b) Observações sobre o andamento da obra ou serviço, tendo em vista as especificações, prazos e cronograma;
- c) Soluções às consultas, lançadas ou formuladas pela CONTRATADA, com correspondência simultânea para autoridade superior, quando for o caso;
- d) Restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da CONTRATADA, seus prepostos e sua equipe;
- e) Determinação de providências para o cumprimento do objeto e especificações;
- f) Outros fatos que, a juízo da Fiscalização devem ser objeto de registro.

CLÁUSULA DÉCIMA – FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos pelos serviços prestados serão efetuados de acordo com o cronograma físico financeiro em 02 (duas) medições.

Parágrafo Primeiro: Dependendo da forma de execução a ser realizada pela licitante, as medições poderão variar para mais ou para menos em relação ao cronograma físico financeiro, onde será medido exatamente os serviços realizados em cada etapa.

Parágrafo Segundo: Os pagamentos serão efetuados de acordo com a planilha de medição, com base nos preços unitários apresentados na proposta financeira e contra a apresentação de Fatura/Nota Fiscal devidamente atestada pela Fiscalização do Sesi - TO formalmente designada, acompanhada do relatório dos trabalhos desenvolvidos e do respectivo boletim de medição referente ao período de competência, mediante depósito bancário em conta corrente a ser indicada pelo CONTRATADO, no prazo de 10 (dez) dias a contar do recebimento da Nota Fiscal e da Liberação pela Fiscalização.

Parágrafo Terceiro: Não constituem motivos de pagamento pelo Sesi - TO serviços desnecessários que forem realizados sem autorização prévia da Fiscalização. Não terá faturamento, serviço algum que não se enquadre na forma de pagamento estabelecida neste contrato.

Parágrafo Quarto: As faturas apenas serão liberadas para pagamento depois de aprovadas pelo Sesi - TO e se não contiverem erros ou omissões, sem o que serão, de forma imediata, devolvidas à Contratada para correções.

Parágrafo Quinto: A última medição somente será paga após a aceitação total do serviço pela Fiscalização do Sesi - TO.

Parágrafo Sexto: Em cumprimento à Lei Complementar nº 116 de 31/07/2003 – D.O.U. 01/08/2003 que dispõe sobre o ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – de competência dos municípios e do Distrito Federal será feita a retenção e o recolhimento em favor do município de Palmas (local da obra) de acordo com legislação vigente.

Parágrafo Sétimo: A CONTRATADA deverá apresentar, para fins de pagamento, os seguintes documentos, em vigência na data do pagamento da nota fiscal:

- Certidão Negativa de Tributos Federais;
- Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) emitido pela Caixa Econômica Federal - para pessoa jurídica.

Parágrafo Oitavo: A CONTRATADA deverá manter durante todo o período relativo à prestação dos serviços contratados as mesmas condições de habilitação exigidas no edital de licitação.

Parágrafo Nono: Constatando-se a perda da regularidade fiscal no curso da execução do contrato, a Contratada será notificada por escrito, para no prazo de 05 (cinco) dias úteis regularizar sua situação, ou apresentar defesa.

Parágrafo Décimo: O prazo do parágrafo anterior poderá ser prorrogado a critério do Sesi – TO.

Parágrafo Décimo Primeiro: Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração adotará as medidas necessárias à rescisão do Contrato em execução, nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

Parágrafo Décimo Segundo: As notas fiscais serão emitidas somente de SERVIÇO, deverão ser faturadas em nome do Sesi – DR / TO, de acordo com cada pedido de compra, conforme os dados da unidade contratante abaixo:

- SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – Sesi-DR/TO, CNPJ: 03.777.433/0002-27, Quadra ACSE 01 RUA SE 05 LOTE 02 – Plano Diretor Sul – CEP: 77.020-018 – Palmas – TO.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

Compete ao Contratante:

- Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições do processo;
- Proceder aos pagamentos em conformidade com os objetos de cada pedido de compra;
- Gerenciar e fiscalizar a qualidade dos objetos contratados;
- Fazer a inspeção dos objetos contratados antes e depois da entrega dos mesmos;
- Comunicar a empresa sobre possíveis irregularidades nos objetos entregues para imediata correção;
- Informar a CONTRATADA, por escrito, as razões que motivarem eventual rejeição dos objetos contratados;
- Efetuar o pagamento na forma deste contrato;
- Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento.

Parágrafo Único: Compete à Contratada:

- A execução da totalidade de todos os serviços descritos ou mencionados no Projeto Básico compreendendo, para tanto, todos os materiais, mão de obra e equipamentos necessários;
- Executar a totalidade dos serviços descritos nas Especificações Técnicas, Planilha de Quantitativos / Orçamentária;
- Cumprir todas as leis e posturas, federais, estaduais e municipais pertinentes, responsabilizando-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa, quando for o caso;
- Manter os locais de trabalho continuamente limpos, desobstruídos e sinalizados e observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental;
- Fornecer toda mão de obra, materiais e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços descritos, devendo os materiais a serem empregados receber prévia aprovação pelo CONTRATANTE que se reservam ao direito de rejeitá-los caso não satisfaçam aos padrões de qualidade e quantidade especificados e adequados;
- Manter quadro de pessoal suficiente e mão de obra habilitada e compatível com o grau de especialização e quantidades dos serviços previstos no Projeto Básico, sem



Serviço Social da Indústria

PELO FUTURO DO TRABALHO

interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço ou demissão de empregados, os quais não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE;

- Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato;
- Responsabilizar-se pelas despesas com transporte e alimentação de seus empregados, nos termos da legislação vigente;
- Providenciar para que os seus funcionários utilizem fardamento compatível com a natureza dos serviços e tarefas, bem como EPI's - equipamento de proteção individual previsto pelas normas de segurança do trabalho;
- Substituir, sempre que exigido pelo CONTRATANTE e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, postura, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais ao desenvolvimento / execução dos serviços;
- Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados e/ou prepostos, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais relacionadas com o cumprimento do contrato;
- Realizar os serviços de acordo com todas as normas de segurança vigentes, utilizando os equipamentos de proteção individual e coletiva necessários, ficando sob total responsabilidade da CONTRATADA a ocorrência de qualquer acidente que venha vitimar seus empregados e/ou terceiros em decorrência da execução do objeto deste contrato;
- Comunicar prontamente ao CONTRATANTE qualquer irregularidade relacionada com a execução dos serviços;
- Atender prontamente as determinações da fiscalização, provendo as facilidades para o pleno desempenho de suas atribuições;
- Responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por autoridades federais, estaduais e municipais em consequência de fato a ela imputável e relacionados com os serviços e/ou fornecimentos contratados;
- Cumprir os prazos previstos neste contrato;
- Manter atualizada a documentação apresentada para contratação, devendo a CONTRATADA informar ao CONTRATANTE, imediata e formalmente, caso ocorra, a impossibilidade de renovação ou apresentação de qualquer desses documentos;
- Responder pela existência de todo e qualquer vício, irregularidade ou simples defeito de execução, comprometendo-se a removê-lo ou repará-lo, desde que provenham de má execução dos serviços ou má qualidade do material;
- Emitir Fatura / Nota Fiscal na forma prevista e pagar, nos respectivos vencimentos, os tributos devidos, assumindo, com exclusividade e integralmente, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto do Contrato;
- Proceder às devidas regularizações da responsabilidade técnica dos serviços objeto da contratação através do registro de ART – Anotação de Responsabilidade Técnica junto a CREA ou de RRT – Registro de Responsabilidade Técnica junto ao CAU;
- Serão de responsabilidade da CONTRATADA a vigilância e proteção de todos os bens, materiais, equipamentos e pessoas no local dos serviços;
- A CONTRATADA do serviço para instalação do sistema deve possuir uma garantia de funcionamento do sistema e de equipamentos. No caso de sistemas que



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

apresentam uma disponibilidade mínima de energia, A CONTRATADA deve ainda apresentar garantia de desempenho do sistema implantado;

- A CONTRATADA do serviço/instalação, quando da entrega do sistema aos CONTRATANTE, deve apresentar os certificados de garantia de fábrica para os equipamentos do sistema de geração (incluindo o sistema de monitoramento, controle e medição, se houver), considerando os prazos especificados a partir do comissionamento do sistema;
- A CONTRATADA, durante a fase de garantia do sistema responde por todos os problemas com equipamentos e intermedia o processo com os fabricantes;
- A CONTRATADA deve garantir por um prazo acordado não só os equipamentos, mas o sistema em seu conjunto contra: erros de projeto, de instalação, de escolha de materiais ou equipamentos; incompatibilidade de funcionamento entre equipamentos; erro na coordenação da proteção; inconsistência da especificação e requisitos de projeto etc;
- A CONTRATADA deve dar garantias de desempenho das placas fotovoltaicas, garantindo a capacidade de geração fotovoltaica instalada;
- Fornecimento, montagem e instalação de Equipamentos, Materiais e Acessórios para o sistema FV;
- Testes e comissionamento do sistema;
- Elaboração do AS BUILT caso haja mudança no projeto;
- Fornecimento de relatórios de inspeção técnica, medição de aterramento, memória de cálculo, diagramas e desenhos e outros;
- Fornecimento dos projetos, diagramas, cortes e demais projetos complementares inclusive os AS BUILT, em formato DWG.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A Gestão do Contrato será exercida pela gerente do CET – Palmas, Sra. Klébica Pontes Fernandes.

Parágrafo Primeiro: A fiscalização técnica do contrato será exercida Engenheiro Leonardo Sandes Del Castanhel - CREA nº 2415314722 - da empresa Cromo Solar, em conformidade com contrato de Dispensa 001/2021 – Sesi – DR/TO.

Parágrafo Segundo: A fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a CONTRATADA, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas da ABNT e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se a Contratada a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

Parágrafo Terceiro: A fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer serviço que não esteja sendo executado dentro dos termos deste Contrato, dando conhecimento ao Sesi - TO.

Parágrafo Quarto: Caberá à fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A fiscalização informará a gestora do contrato quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

Parágrafo Quinto: A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato fundamenta-se no Regulamento de Licitações e Contratos do Sesi e se vincula ao edital e anexos da Concorrência nº 003/2021, constante do Processo Licitatório nº 013/2021 Sesi-DR/TO, bem como à proposta da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

Para o recebimento dos serviços, o Sesi - TO através de sua Superintendente indicará e designarão profissionais ou técnicos do seu quadro habilitado para desempenho das tarefas necessárias, que seguirá as seguintes condições:

- a) Concluídos os serviços, a Contratada solicitará ao Sesi, através da Fiscalização, o seu Recebimento Provisório que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data da solicitação;
- b) O Sesi terá até 30 (trinta) dias para, através da Fiscalização, verificar a adequação dos serviços recebidos com as condições contratadas e emitir o Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços;
- c) Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente ou refaça os serviços rejeitados. Aceito e aprovado o serviço o Sesi emitirá o Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços que deverá ser assinado por representante autorizado da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do contrato o Sesi-TO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Rescisão;
- d) Suspensão do direito de licitar com o Sesi-TO por período de até 02 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro: O atraso no prazo de execução do objeto implicará, a cada ocorrência, multa correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor total do contrato, até o limite de 20% (vinte por cento) desse valor.

Parágrafo Segundo: Na hipótese mencionada no parágrafo anterior, o atraso injustificado por período superior a 20 dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, sendo que após o 20º dia de atraso, o Sesi-TO terá direito de recusar a execução ou entrega da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicada a perda de interesse no recebimento da nota fiscal/fatura para pagamento do objeto deste contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

Parágrafo Terceiro: Ocorrido à rescisão por motivo retrocitado, o contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação com fulcro no art. 9º XVII do RLC

do Sesi-TO, observando a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para aquisição do item ora contratado.

Parágrafo Quarto: Quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas, por ocasião dos pagamentos devidos ao Contratado, nos termos dos artigos 368 e 380 do Código Civil.

Parágrafo Quinto: Na imposição de compensação, nos termos do parágrafo anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pelo contratante, ou, ainda sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a contratada será notificada a recolher a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10(dez) dias, contados da data do recebimento, pela contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis ou cobradas judicialmente.

Parágrafo Sexto: Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, a aceitação da justificativa ficará a critério do Contratante.

Parágrafo Sétimo: Sempre que não houver prejuízo para o contratante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, ao seu critério.

Parágrafo Oitavo: Caso a contratada descumpra as cláusulas desse instrumento poderá ser suspenso o direito de licitar com o Sesi-TO por até 02 (dois) anos.

Parágrafo Nono: A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

Nos casos omissos, aplicar-se-á o Código Civil Brasileiro, Código de Defesa do Consumidor e outras legislações pertinentes ao presente feito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial de condições avençadas pode acarretar rescisão do contrato, com as consequências contratuais e as previstas em lei e regulamento.

Parágrafo Primeiro: São motivos para a rescisão do contrato:

- I. Caso de inadimplência de qualquer das cláusulas contratuais;
- II. Ocorrendo liquidação judicial, concordata ou falência da CONTRATADA;
- III. Não cumprimento do contrato, sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;
- IV. Supressão, por parte do CONTRATANTE, de objetos que acarretem modificação do valor inicial do contrato além do valor permitido;
- V. Atraso injustificado superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pelo CONTRATANTE decorrente do fornecimento de objetos já recebidos;

VI. Assegura-se a CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações até que seja normalizada a situação.

Parágrafo Segundo: Não caberá a CONTRATADA indenização de qualquer espécie nos casos em que a mesma der causa à rescisão contratual por inadimplência de qualquer uma das normas contratuais vigentes e/ou não mencionadas neste contrato, caso em que a CONTRATADA será considerada responsável para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS TRIBUTOS

É da inteira responsabilidade da Contratada os ônus tributários, encargos sociais e trabalhista decorrentes deste contrato.

Parágrafo Único: A CONTRATADA é responsável pela segurança de seu pessoal, bem como por danos e prejuízos que causar a terceiros, conforme legislação vigente, sem ônus para o CONTRATANTE.

CLAUSULA DÉCIMA NONA – DUE DILIGENCE

A contratada estará sujeita à análise de Due Diligence de Integridade (DDI) do Sistema FIETO disponível no sítio eletrônico <http://sistemafieto.com.br/compliance/>.

Parágrafo Primeiro: A análise de integridade, prevista no caput da cláusula décima nona se fará com base no “Questionário de Due Diligence de Fornecedores do Sistema FIETO” e as evidências solicitadas, entregue pela Contratada.

Parágrafo Segundo: A análise prevista na Política de Due Diligence de Integridade do Sistema FIETO, será realizada pela área de Compliance, consoante procedimento interno da entidade.

Parágrafo Terceiro: A área de Compliance encaminhará o relatório de DDI da contratada para a área demandante, a fim de que ela possa inserir este na matriz de riscos da empresa que for bandeira amarela, conforme Procedimento Operacional Padrão (POP) de Gestão de Riscos.

CLAUSULA VIGÉSIMA – ANTICORRUPÇÃO

As PARTES comprometem-se, sob as penas previstas neste instrumento e na legislação aplicável, a observar e cumprir rigorosamente todas as leis anticorrupção brasileiras, incluindo, mas não se limitando, o Código de Conduta e Ética do Sistema FIETO e nas políticas internas do CONTRATANTE, disponível no endereço eletrônico <http://sistemafieto.com.br/compliance/>

Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA se compromete, ainda, a treinar seus Colaboradores alocados na execução das atividades do Contrato, a fim de instruí-los sobre o cumprimento obrigatório das diretrizes contidas no Código de Conduta e Ética do Sistema FIETO do CONTRATANTE para a execução do objeto deste instrumento.

Parágrafo Segundo: As PARTES declaram e garantem que não estão envolvidos ou irão se envolver, direta ou indiretamente, por seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores, subcontratados, parte relacionada, durante o cumprimento das obrigações previstas no Contrato, em qualquer

atividade ou prática que constitua uma infração aos termos das Leis Anticorrupção.

Parágrafo Terceiro: A CONTRATADA concorda que, o CONTRATANTE terá o direito de realizar auditoria, a qualquer tempo, a fim de verificar o cumprimento do disposto nas Leis Anticorrupção e nas Políticas de Compliance.

Parágrafo Quarto: O não cumprimento por qualquer das PARTES das Leis Anticorrupção e/ou das Políticas de Compliance do CONTRATANTE será considerada uma infração grave e conferirá a outra parte o direito de, agindo de boa-fé, declarar rescindido imediatamente o presente instrumento, sem qualquer ônus de penalidade, sendo o ator da infração responsável por perdas e danos, nos termos da legislação aplicável.

Parágrafo Quinto: A CONTRATADA obriga-se a participar de treinamentos referentes as políticas de Compliance e demais normativas anticorrupção mantidas pelo CONTRATANTE, quando convocado. Na data e horário do evento, se não houver a participação da CONTRATADA, a CONTRATANTE notificará e realizará nova convocação.

Parágrafo Sexto: Havendo recorrência da ausência, sem caso fortuito ou força maior o contrato poderá ser rescindido sem quaisquer ônus e penalidades para o CONTRATANTE.

Parágrafo Sétimo: A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a proceder a due diligence, sempre que necessário, quanto à solidez e regularidade econômica, preservada a confidencialidade e sigilo das informações obtidas.

Parágrafo Oitavo: Nos casos em que ocorrer danos à imagem e reputação do CONTRATANTE, levando ainda a possibilidade de lucro cessante em decorrência de atos ou fatos que violem às Leis Anticorrupção, desde que devidamente comprovado, a CONTRATADA se obrigará a reparar os danos materiais e morais, independentemente de dolo ou culpa.

Parágrafo Nono: Qualquer violação às políticas de Compliance e ao Código de Conduta e Ética do Sistema FIETO ou denúncias deverão ser reportadas à Ouvidoria por e-mail: ouvidoriasesi@sistemafieto.com.br; ouvidoriasenai@fieto.com.br; ouvidoriaiel@sistemafieto.com.br; ouvidoriafieto@sistemafieto.com.br internet: <http://transparencia.sesi-to.com.br/Ouvidoria>; <http://transparencia.senai-to.com.br/Ouvidoria>;

CLAUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DE CONFIDENCIALIDADE, SIGILO E PROPRIEDADE INTELECTUAL

A CONTRATADA compromete-se a tratar como estritamente confidencial todas e quaisquer INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS que tiverem sido transmitidas ou disponibilizadas pelo CONTRATANTE, seja na forma de documentos, seja em qualquer outra forma, e deverá evitar qualquer revelação dessas a terceiros, salvo conforme necessário para a proteção ou utilização dos DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL gerados por ou transferidos ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Aplica-se ao presente Contrato a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018, sem prejuízo das demais vigentes.

Parágrafo Primeiro: Para fins da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18), em razão do presente contrato, a realização do tratamento de dados pessoais pela CONTRATADA, deverá adotar as medidas de segurança técnicas, jurídicas e administrativas aptas a proteger tais dados pessoais de acessos não autorizados ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito observando-se os padrões mínimos definidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados e em conformidade com o disposto na legislação de proteção de dados e privacidade em vigor.

Parágrafo Segundo: As partes somente poderá compartilhar, conceder acesso ou realizar o tratamento de dados pessoais, com empregados ou prestadores de serviços que tenham necessidade de realizar o tratamento de tais dados para as finalidades estritamente necessárias à execução do Contrato, bem como tratará somente os Dados Pessoais necessários para a prestação dos serviços, nos termos deste Contrato.

Parágrafo Terceiro: As partes DECLARAM ter ciência dos direitos, obrigações e penalidades aplicáveis constantes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº13.709/2018 e obrigam-se a adotar todas as medidas necessárias para garantir, por si, bem como por seu pessoal, colaboradores e subcontratados que a utilização e tratamento dos dados pessoais coletados durante o **Processo Licitatório nº 013/2021 SESI-DR/TO e vigência do presente instrumento contratual**, ocorra na extensão definida pela LGPD, e que a utilização e o **tratamento** somente ocorrerão para finalidades determinadas e específicas neste instrumento, vinculadas ao âmbito e limites técnicos das atividades contempladas à prestação dos serviços conforme objeto supra, pelo período de vigência deste instrumento contratual, bem como **eliminação** dos dados pessoais após o término de seu tratamento (após o término do tratamento dos dados/encerramento da vigência contratual, art. 16, caput, LGPD), bem como, autorizada a conservação apenas para as finalidades previstas nos incisos I ao IV do art. 16 da LGPD.

Parágrafo Quarto: Caberá ao CONTRATANTE (parte controladora), tomar as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais transmitidos à CONTRATADA que, na condição de Operadora, realizará o tratamento dos dados pessoais, seguindo as instruções recebidas da parte controladora.

Parágrafo Quinto: As partes é responsável pelo uso indevido que seus empregados ou prestadores de serviços fizerem dos dados pessoais, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento dos dados, sob pena de arcar com as perdas e danos que eventualmente possa causar, inclusive financeiros e /ou de imagem e demais sanções aplicáveis.

Parágrafo Sexto: As partes não fornecerão, transferirão ou disponibilizarão dados pessoais a terceiros, a menos que com base em instruções explícitas, por escrito, da outra parte ou por ordem de autoridade judicial, sob a condição de que, nesse último caso, informando a outra parte dentro de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da ordem judicial, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo na investigação em que o tratamento sigiloso tenha sido expressamente exigido pela autoridade judicial.

Parágrafo Sétimo: A CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE, o mais breve possível, em até 24 (vinte e quatro) horas, a ocorrência de qualquer incidente de segurança,

incluídos, mas não limitados aos ataques por hackers e/ou invasões de qualquer natureza e/ou vulnerabilidades técnicas que exponham ou tenham o potencial de expor o ambiente onde se encontram hospedados dados pessoais objeto do presente contrato, sob pena de multa a ser aplicada de acordo com o previsto em lei vigente.

Parágrafo Oitavo: A CONTRATADA informará ao CONTRATANTE, em até 48 (quarenta e oito) horas, todas as solicitações relacionadas aos dados pessoais que receber diretamente do titular dos dados, em razão do presente Contrato.

Parágrafo Nono: A CONTRATADA obriga-se, quando convocada, a participar de treinamentos referentes a Lei Geral de Proteção de Dados e demais normativos mantidos pelo CONTRATANTE, na data e horário do evento. Após formalmente convocada, caso a CONTRATADA não participe do evento, o CONTRATANTE a notificará e realizará nova convocação, sob pena de aplicação de penalidades. Serão consideradas injustificadas as ausências não comunicadas tempestivamente e indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do CONTRATANTE.

Parágrafo Décimo: As partes deverão cessar o tratamento de dados pessoais realizado com base no presente Contrato, imediatamente, após o seu término (art. 9, II, LGPD), bem como eliminá-los (art. 16, caput, LGPD), ressalvadas as hipóteses onde é autorizada a conservação dos dados pessoais (art. 16, I ao IV, LGPD).

Parágrafo Décimo Primeiro: Eventuais dúvidas ou identificação de irregularidades com o tratamento de dados pessoais devem ser reportadas pelo e-mail: dpo@sistemafieto.com.br ou pelo fale conosco/ central de relacionamento com o cliente, telefone: (63) 3229-5770.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palmas - TO, para dirimir todas e quaisquer dúvidas ou questões que possam surgir no cumprimento das cláusulas do presente Contrato, renunciando outros, por mais privilegiados que o sejam.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e para um mesmo efeito, assim como duas testemunhas abaixo, a tudo presente.

Palmas-TO,.

ROSELI F. NEVES SARMENTO
Superintendente do Sesi- DR/TO
Contratante

.....
Proprietário da
Contratada

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:



ANEXO XIII

QUESTIONÁRIO DE DUE DILIGENCE

O arquivo que constitui este Anexo está disponível aos interessados através do link:
<http://sistemafieto.com.br/compliance/>

ANEXO XIV

TERMO DE COMPROMISSO DE TERCEIROS

Por este instrumento particular, eu, [nome do representante da empresa], inscrito no CPF/MF sob o nº [nº do CPF do terceiro], que neste ato represento a [razão social da empresa], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [nº do CNPJ do terceiro], comprometo-me a cumprir integralmente as disposições das Políticas de Due Diligence de Integridade, do Código de Ética do Sistema FIETO e Política de Consequências, da qual tomei conhecimento neste ato por meio da disponibilização no link: <http://sistemafieto.com.br/compliance/> , declarando, ainda, estar ciente de que a fiel observância deste instrumento é fundamental para a condução das atividades inerentes de maneira ética e responsável, constituindo falta grave, passível de imposição de penalidade, qualquer infração ao disposto neste instrumento.

Local, data.

(Assinatura)
Nome Completo:
CPF/MF Nº: